



7 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 11 de maio de 2025

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,21% São Paulo	133.515	R\$ 5,654 (- 0,11%)	R\$ 1.518	R\$ 6,366	14,65%	14,66%	Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43
0,29% Nova York	136.511	5/maio 5,689 6/maio 5,710 7/maio 5,745 8/maio 5,661					

» Entrevista | SOPHIE DAVIES | EMBAIXADORA DA AUSTRÁLIA NO BRASIL

Com investimentos atuais de 13 bilhões de dólares australianos, o país insular aposta em pautas comuns, como a transição energética, para o fortalecimento bilateral. Embaixadora destaca os desafios das nações em relação às mudanças climáticas

“O Brasil oferece boas oportunidades”

» EDLA LULA

Brasil e Austrália guardam muitas semelhanças, que se expressam em aspectos que vão do clima tropical e das dimensões continentais, com sua diversidade étnica, às atividades econômicas. Em entrevista ao *Correio*, a embaixadora do país, Sophie Davies, aponta que essas semelhanças explicam o interesse mútuo.

que fez do Brasil a maior comunidade latino-americana na Austrália. Ela pontua ainda os mesmos desafios e as oportunidades em áreas como meio ambiente, agricultura e mineração. Maior produtora de lítio do mundo, a nação australiana celebra os 80 anos de relações diplomáticas com o Brasil apostando no país como campo favorável para uma mineração sustentável.

Ao celebrar os 80 anos de relações diplomáticas, que balanço a senhora faz e, principalmente, o que espera para o aprofundamento dessas relações?

É importante reconhecer que o Brasil foi nosso primeiro parceiro na América Latina. A nossa primeira Embaixada na América Latina foi aberta aqui. Assinamos uma parceria estratégica, em 2012, além de vários outros acordos que mostram a profundidade da relação. Para mencionar alguns, eu citaria, além da parceria estratégica, um acordo de serviços aéreos, que assinamos antes, em 2010. Temos um tratado de ciência, tecnologia e inovação. Em pesquisa, temos vários acordos. Esses são alguns marcos legais que atestam a nossa parceria. Mas, acima de tudo, temos um intercâmbio muito forte entre brasileiros e australianos. Os brasileiros representam a maior das diásporas da América Latina na Austrália.

Qual é o contingente de brasileiros na Austrália e de australianos no Brasil?

Nosso último censo registrou quase 67 mil brasileiros morando lá. Além disso, temos muitos estudantes brasileiros que escolhem a Austrália para estudar, entre 20.000 e 25.000 estudantes, a cada ano. Isso demonstra o sentimento de união e de identidade entre os dois países. Estimamos que existam entre 5 mil e 10 mil australianos morando no Brasil e, a cada ano, entre 15 mil e 20 mil australianos visitam aqui.

A que a senhora atribui essa identificação entre os povos?

Somos dois países do hemisfério sul, os maiores países do hemisfério sul. Algo muito forte que nos aproxima são as nossas culturas ancestrais, o respeito e os desafios em relação aos povos originários. Temos uma diversidade étnica muito grande. Enfrentamos os mesmos desafios e temos as mesmas vantagens.

Quais os desafios em comum?

Atualmente, eu citaria os efeitos das mudanças climáticas. Como o Brasil, somos um país gigante e temos enfrentado problemas com a mudança climática: as secas, enchentes maiores que antes. Isso está também afetando o setor agrícola, como aqui. Então, podemos buscar soluções conjuntas, falar uma língua comum, na busca de soluções.

Além da agricultura, os dois países se assemelham na área de mineração...

Sim. Somos nações potentes

nos setores de mineração e de agricultura. De todas as empresas australianas instaladas no Brasil que, hoje, somam 155 empresas, 81 delas trabalham no setor de mineração ou serviços de mineração.

A Austrália, em relação ao Brasil, é bem mais avançada em termos, por exemplo, de regulação, segurança jurídica e até em relação à pesquisa. A senhora tem essa percepção? Em que podemos aprender com vocês?

É interessante, porque falamos muito com o setor de mineração aqui e vemos que, em alguns setores e em algumas técnicas, a Austrália, talvez esteja mesmo um pouco mais avançada. No setor de lítio, por exemplo, a Austrália está bastante avançada. Mas temos empresas australianas de lítio que estão vendo o Brasil como a maior oportunidade para investimentos.

Que empresas?

A PLS (Pilbara Minerals Limited), por exemplo. Conversamos, e eles explicaram que, para eles, o futuro do Brasil no setor de lítio é muito favorável. O setor de terras raras tem um grande potencial aqui. Essas áreas de minerais críticos são novas para todo mundo. Estamos todos nos adaptando. Temos vantagens nos dois países.

Qual a vantagem de investir no Brasil?

Nossas empresas australianas gostariam de criar uma cadeia de suprimento que tenha bons níveis de padrões de ESG (meio ambiente, social e governança) e estão encontrando isso aqui no Brasil. Então, o que me dizem é que sim, as condições jurídicas e o padrão profissional, aqui, são suficientes para eles.

Qual é, hoje, o investimento australiano na mineração brasileira?

No total, investimos 13 bilhões de dólares australianos, mas não posso especificar em quais setores, porque, além dessas 81 empresas do setor de mineração, temos outras muito importantes. A Macquarie é uma das maiores empresas de asset managers, de bens de infraestrutura do mundo e ela investe aqui no Brasil. A CSL, que é a número três ou quatro da nossa Bolsa de Valores, desenvolve produtos na área de medicina, vacinas, por exemplo, e também está aqui.

O governo australiano lançou o programa Future Made in Australia, que disponibiliza 23 bilhões de dólares australianos, especialmente, para a transição

Edla Lula/CB/DA.Press



É importante reconhecer que o Brasil foi nosso primeiro parceiro na América Latina. A nossa primeira Embaixada na América Latina foi aberta aqui”

energética. Esta é outra pauta que coincide com a brasileira. É possível que parte desses recursos se convertam em parceria com o Brasil?

Esse é um programa muito importante e busca, como o Brasil tem buscado, desenvolver tecnologias de baixo carbono. Estamos investindo em hidrogênio verde. Existem várias iniciativas. Não posso dizer que este programa específico prevê parceria com o Brasil. Mas temos outros, como o Global Science and Technology Diplomacy Fund, para pesquisas científicas e tecnológicas nesta área. Esse fundo envolve nove países e o Brasil é o único país fora do Pacífico que está incluído. Cito áreas como hidrogênio verde, inteligência artificial e vacinas, que tem forte potencial com o Brasil.

Que projetos existem na área de hidrogênio verde com o Brasil?

Temos uma empresa forte na Austrália que se chama Fortescue, que está começando a fazer um projeto de hidrogênio verde no Ceará, no porto de Pecém. Esse projeto tem sido considerado um dos melhores do mundo para a Fortescue.

Para a COP 30, qual é a sua expectativa?

Para a Austrália, a COP30 é uma expressão de multilateralismo, que é tão importante para a Austrália quanto para o Brasil. Sempre apoiamos o multilateralismo, sempre apoiamos o Acordo de Paris e vamos insistir nele. Além disso, para nós, a COP30 terá a maior importância por significar uma boa oportunidade, porque temos uma candidatura pendente para sediar o COP31, no próximo ano, junto com as ilhas do Pacífico. Estamos muito empenhados.

A nova ordem trazida pelo presidente Donald Trump pode atrapalhar esses planos?

O multilateralismo vai sobreviver, porque existem regras internacionais claras. Para a Austrália, esse é um tema importantíssimo. Vamos seguir, fortalecendo as regras internacionais, juntamente com outros países, como o Brasil, que creem fortemente na importância do multilateralismo. Vamos atuar pela manutenção de um sistema que funciona muito bem, como a OMC, ONU e a OMS.

Informe Publicitário

MOÇÃO DE DESCONFIANÇA À ALTA ADMINISTRAÇÃO DA RECEITA FEDERAL E DE REPÚDIO À MINISTRA ESTHER DWECK

Nós, Auditoras e Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, reunidos em legítimo movimento paredista há 160 dias em defesa de condições dignas de trabalho e da recomposição salarial justa, **declaramos desconfiança formal à Alta Administração da Receita Federal**, representada pelo Secretário Especial Robinson Barreirinhas, pela Secretária-Adjunta Auditora-Fiscal Adriana Gomes Rego, pelo Subsecretário Auditor-Fiscal Juliano Neves e demais subsecretários e **manifestamos nosso veemente repúdio à ministra Esther Dweck**.

Desconfiança da Alta Administração da Receita Federal

A publicação unilateral das **Resoluções nº 7 e nº 8** pelo Comitê Gestor do Programa de Produtividade, sem consulta à entidade representativa da categoria, configura grave violação ao **Decreto nº 11.545/2023** (art. 13, parágrafo único) e ao acordo tripartite entre Ministério da Fazenda, MGI e RFB. Tais medidas transformam o Bônus de Produtividade — instrumento de estímulo à eficiência — em mecanismo de punição remuneratória, atingindo ativos e aposentados.

A **Resolução nº 8**, além de ilegal por contrariar a **Lei nº 13.464/2017** (art. 6º, § 4º), fere a Constituição Federal ao promover redução indireta de vencimentos (CF, art. 37, XV). Soma-se a isso a exclusão da categoria das propostas de recomposição salarial para 2025-2026.

Esse comportamento da alta administração da Receita Federal espelha as faces do gerencialismo implementado no órgão, que pode começar a ser combatido com medidas que garantam a oxigenação na ocupação de cargos gerenciais, essencial para garantir a renovação de ideias, práticas e perspectivas e evitar a concentração excessiva de poder. Também, é crucial estabelecer um período de “quarentena” para ex-ocupantes desses cargos gerenciais, antes que possam retornar a funções similares.

Repúdio à Postura Intransigente da Ministra Esther Dweck

A condução antidemocrática e inflexível do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), sob comando da ministra Esther Dweck, aprofunda a crise institucional na Receita Federal. O descumprimento do **Termo de Acordo nº 2/2024**, firmado pelo próprio MGI, evidencia desrespeito aos direitos constitucionais da categoria. A obstrução sistemática ao diálogo, mesmo diante de uma greve prolongada, revela total desrespeito pela valorização do serviço público e pela dignidade dos servidores.

A narrativa disseminada pelo MGI, que associa a regulamentação do Bônus de Produtividade à substituição do direito ao reajuste salarial, contradiz declarações públicas da própria ministra à CNN em 29 de junho de 2024. Enquanto isso, o vencimento básico da categoria permanece congelado desde 2015, com exceção do reajuste geral de 2023, em clara violação ao princípio da isonomia (CF, art. 5º), já que carreiras como a AGU e a Polícia Federal receberam reajustes significativos.

Exigências Imediatas

Diante desse cenário de desrespeito aos acordos, à legalidade e à dignidade da categoria, exigimos:

- 1. Revogação imediata das Resoluções nº 7 e nº 8**, com restauração dos direitos violados;
- 2. Solução definitiva** do impasse sobre a recomposição inflacionária do vencimento básico (2025-2026), em conformidade com os princípios constitucionais da irredutibilidade salarial (CF, art. 37, XV) e da revisão geral anual (CF, art. 37, X);
- 3. Retomada do diálogo transparente e respeitoso** com o MGI e a Alta Administração, visando à pacificação institucional e à valorização da Receita Federal.

Enquanto persistirem tais arbitrariedades, manteremos e ampliaremos nossas medidas de resistência, utilizando todos os instrumentos legais para defender os direitos da categoria e a integridade de um órgão essencial à Justiça Social e ao desenvolvimento do Brasil.

Auditores e Auditoras-Fiscais da Receita Federal do Brasil
Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil